

# Aula 15

## **ANOS DE CHUMBO: A CRISE DE 1968 E A LUTA ARMADA**

### **META**

Discutir a história da resistência armada à ditadura militar no Brasil, situando o filme *O que é isso, companheiro?* (1997), de Bruno Barreto no debate historiográfico contemporâneo.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá: estabelecer um debate sobre as disputas das memórias em torno da ditadura militar presente tanto na historiografia quanto na produção cultural sobre o período; situar a crise do Partido Comunista a partir de 1964, relevando a sua perda de hegemonia no seio da esquerda brasileira no período de recrudescimento da ditadura militar; e historicizar a opção pela luta armada revolucionária da esquerda brasileira do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, evitando o perigo do anacronismo da análise.

### **PRÉ-REQUISITOS**

O aluno deverá realizar a leitura do texto de Helena Salem (ver Momento de Reflexão).

**Antônio Fernando de Araújo Sá**

### INTRODUÇÃO

Caro aluno, na aula anterior, transitamos no âmbito do cinema brasileiro, no qual os filmes expressavam culturalmente a realidade nacional, resultando no explosivo movimento conhecido como Cinema Novo.

Nesta aula, traçaremos um panorama geral da resistência da sociedade brasileira à ditadura militar (1964-1985). Também abordaremos sobre o movimento estudantil que lutou por uma sociedade mais justa, buscando a mobilização operária para o enfrentamento armado contra a ditadura militar. Destacaremos também sobre, um dos principais acontecimentos políticos de 1968, as greves de Osasco e Contagem.

Ainda no decorrer da aula, situaremos o filme *O que é isso, companheiro?* (1997), de Bruno Barreto, no debate da historiografia contemporânea, que em seu enredo, representa o desafio da democracia ao longo dos 20 anos da história brasileira. Esperamos que você tenha cumprido com o pré-requisito da aula, pois o texto indicado ajudará na compreensão do conteúdo.



Cena do filme *O que é isso, companheiro?* (Fonte: <http://www.webcine.com.br>).

## ANOS DE CHUMBO

Segundo Eder SADER (1982: 157), o ano de 1968 marca o auge das várias contradições desencadeadas com a instalação do regime autoritário no Brasil, em 1964. As mais diversas classes sociais afetadas pela reestruturação capitalista, desde a burguesia até o proletariado, se mobilizaram corporativa e politicamente. Em especial, a pequena burguesia urbana, atingida pela recessão econômica e também pelo esvaziamento dos aparelhos ideológicos e da vida democrática, assumindo uma oposição democrática radical ao regime, tendo como vanguarda da ação política o movimento estudantil. Sob a influência das esquerdas revolucionárias, o movimento estudantil buscava a mobilização operária para o enfrentamento armado contra a ditadura militar.

Interessante observar que é na luta contra o arrocho salarial que a classe operária irrompe, em 1968, com uma nova liderança nas fábricas, organizada de forma autônoma e disposta à luta revolucionária. Também na imprensa, no judiciário e no parlamento vemos a insatisfação dos rumos do Estado autoritário, quando setores significativos da burguesia pregavam a volta dos militares aos quartéis.

Entretanto, a ofensiva da ação política restringir-se-ia ao movimento estudantil e operário. Em 1968, um dos principais acontecimentos políticos pode ser localizado nas greves de Osasco e Contagem, que se constituíram nas primeiras grandes greves após o golpe de 1964. Denunciando o arrocho salarial, as greves tinham como mote: “Só a greve derruba o arrocho”. Ainda que localizadas no tempo e no espaço, essas greves revelavam uma demonstração de força da classe operária num momento de crise interburguesa. Hirata (1980: p. 93) afirma que foram greves limitadas, mas que revelaram novas formas de luta e meios de ação, tais como a ocupação das fábricas, a prática da auto-gestão, o seqüestro de chefes, a direção da greve por um “comitê de greve” e os piquetes de auto-defesa contra a invasão policial e de agitação e propaganda.

As lideranças operárias, tanto em Contagem/MG quanto em Osasco/SP, tinham uma clara preocupação com a democracia operária. Deste modo, o sindicato era menos burocratizado e os líderes sindicais tinham a confiança da classe, com a formação das oposições sindicais. Em Osasco, a oposição sindical encabeçava o sindicato em 1968 e a greve foi liderada pela própria direção sindical. O sindicato de Osasco mantinha estreita relação com as bases, através das comissões de fábrica, que definiam a democracia operária. Todos os seus líderes em 1968 foram presos, mortos ou exilados.

Em 1980, José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Osasco, cassado em 1968, fez uma avaliação crítica da prática política sindical do pré-1964:

“O pessoal que tomou a iniciativa de organizar o Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, e os outros pactos, era bastante combativo e não se confundia com a pelegada que estava incrustada no aparato sindical desde 46. Mas, ao meu modo de ver, o CGT não rompia com a estrutura sindical, era filho dela também. Era de fato um organismo paralelo à estrutura sindical, mas carregava os mesmos vícios. Era populista e verticalista. Então, o CGT que conseguia fazer grandes mobilizações não organizava os trabalhadores; isto ainda hoje continua sendo o principal problema operário” (REZENDE, 1986: p. 69-70).

O ano de 1966 ficou marcado pelas passeatas estudantis. Foram realizadas manifestações contra a Lei Suplicy e também contra os acordos do MEC-USAID, que visavam reformular a universidade brasileira a partir do modelo norte-americano. Neste ano, realizou-se, na ilegalidade, o XXVIII Congresso da UNE, em Belo Horizonte, elegendo o mineiro José Luiz Guedes para a presidência. Apesar da repressão política dos militares, mais de 400 delegados conseguiram chegar no convento dos padres franciscanos para a realização do Congresso estudantil.



.Estudantes em confronto com a polícia em 1968 durante o regime militar.  
(Fonte: <http://www.une.org.br>).

Em 1968, o XXIX Congresso da UNE também foi realizado clandestinamente no convento de padres dominicanos, em Valinhos, no interior de São Paulo. A repressão só chegara quando o congresso já havia terminado, mas a sanha policial prendeu os padres e depredou as instalações do convento. Neste congresso estudantil foi eleito Luiz Travassos para a presidência da entidade e o seu documento final prenunciava a tendência à radicalização do movimento estudantil. A Carta Política, produto do debate entre as principais tendências políticas do movimento estudantil (Ação

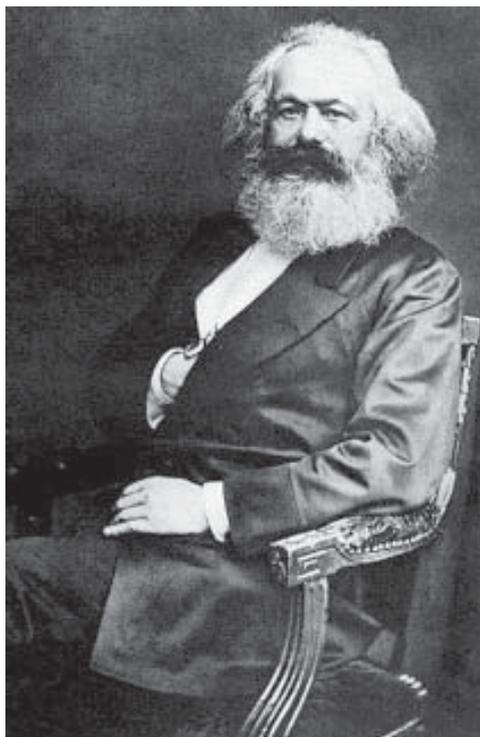
Popular, Política Operária –POLOP- e a dissidência do PCB), preconizava a concretização de uma Aliança Operário-Camponesa-Estudantil contra a aliança entre “as classes dominantes com o Imperialismo”. O estopim para a radicalização estudantil se deu com a morte do estudante Edson Luís de Lima, covardemente assassinado pela polícia quando jantava no restaurante estudantil do Calabouço, no Rio de Janeiro. Era 28 de março de 1968, as manifestações se espalhavam pelo país e no seu enterro 50 mil pessoas repudiavam o covarde assassinato. Do luto à luta (MENDES JR., 1981).

O movimento estudantil, bastante atuante nas manifestações de 1968, foi severamente afetado pelas perseguições do aparato repressivo, e também pelas instituições paramilitares como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e pelo Movimento Anti-Comunista (MAC). A prisão de 800 estudantes na realização do Congresso Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna no ano de 1968, pode ser considerada um marco deste refluxo do movimento estudantil.

Com o recrudescimento da repressão política contra os movimentos operário e estudantil no Brasil, a violência do terrorismo de Estado fez com que os setores mais moderados de oposição à ditadura militar fossem perdendo espaços para soluções mais radicais. A decretação do Ato Institucional número 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, representou a institucionalização da ordem ditatorial no Brasil, bem como a mudança da estratégia de parcelas da esquerda para o enfrentamento desta nova ordem. O novo Ato Institucional tinha por objetivo dar cabo aos movimentos de rebeldia, desde a Frente Ampla até o movimento estudantil e as greves operárias de Contagem e Osasco, em 1968. Neste sentido, houve a suspensão de todas as garantias constitucionais e individuais, sem prazo de vigência, marcando assim, “o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional” (MENDONÇA & FONTES, 2006: p. 46).

Embora o terrorismo patrocinado pelo Estado brasileiro tenha imposto um refluxo nos movimentos sociais, a resistência à ditadura militar fez-se de diversas formas pelas organizações de esquerda. Destacamos aqui a resistência armada, organizada por grupos e organizações da esquerda revolucionária no período de 1969-1974.

Helena Hirata (1980: p. 84-85) propõe que o ano de 1968 representa uma crise política na esquerda brasileira, suscitada pela mobilização popular e operária. Em primeiro lugar, a base do movimento operário e mesmo alguns de suas lideranças contestavam cada vez mais a interpretação do PCB quanto a sua análise do golpe de 1964, em que culpava os desvios “esquerdistas” pela derrota da esquerda. Outro fator foi a perda do poder político da burguesia nacional por conta da reestruturação industrial efetuada pelo governo Castelo Branco e continuada nos governos militares posteriores. Isso incidiu diretamente na interpretação do golpe de 1964 pelo PC, na medida em que retirava da pauta uma de suas teses mais caras no período populista: a luta por uma revolução democrático-burguesa no Brasil.



Karl Marx (Fonte: <http://www.jesuslist.com>).

Mas o enfraquecimento do PCB se deu mesmo com a multiplicação de cisões em seus quadros político-partidários. São exatamente essas dissidências que comporão os grupos armados no período de 1968-1972, e que aparecerão como hegemônicos na cena política nacional. Como afirma a autora, essas “cisões vão enfraquecer ainda mais o poder numérico do PC, já atingido pela repressão que se seguiu ao golpe de Estado” (p. 86).

Denise Rollemberg (2003: p. 57-58) chamou a atenção para o fato de que essas cisões remontam à janeiro de 1961, quando surgiu a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), que deu início ao processo de criação de organizações de esquerda que se propuseram como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Uma das características comuns a essas organizações foi a recuperação dos princípios marxistas-leninistas de inevitabilidade da revolução, a imprescindibilidade do partido e o papel histórico da classe operária na revolução. Também pode ser registrada a ênfase comum na ação em detrimento da teoria.

Por outro lado, essa mesma autora realça que a luta armada já havia proposta pela esquerda mesmo antes do golpe de 1964, quando, por exemplo, Cuba apoiou iniciativas das Ligas Camponesas no sentido da construção de campos de treinamento guerrilheiro. Também o governo cubano aproximou-se das lideranças ligadas a Leonel Brizola, que tentaram criar um foco guerrilheiro em Caparaó, no Espírito Santo em 19 de outubro de 1966. Depois da derrota desta iniciativa, Cuba passou a apoiar Carlos Marighella. Um aspecto que diferencia as guerrilhas do pós-AI-5 é sua composição social em comparação a estas anteriores iniciativas revolucionárias: agora os militantes eram originários das classes médias urbanas, escolarizados do sexo masculino e jovens (ROLLEMBERG, 2003: p. 67).

Dentre as organizações revolucionárias do período de 1969-1974, podemos destacar a Vanguarda Popular Revolucionária (trotskistas e ex-militares), a Ação Libertadora Nacional (ALN – organizada em torno de Carlos Marighella e Jover Telles), o Movimento Revolucionário de 8 de outubro (MR-8, composto por dissidentes estudantis do Rio de Janeiro) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares, resultado da fusão de diversas organizações). No campo, o principal movimento de guerrilha entre 1972 e 1974 foi a organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região do Araguaia, no sul do Pará (MENDONÇA & FONTES, 2006: p. 47).



Cena do filme *O que é isso, companheiro?* (Fonte: <http://www.planetaeducacao.com.br>).

Entre as ações de maior impacto da guerrilha urbana, os seqüestros de diplomatas foram os que tiveram mais destaque, pois tornou a própria existência da luta armada em notícia internacional. Como ressalta MENDONÇA & FONTES, (2006: p. 47), o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick realizado conjuntamente entre ALN e o MR-8, em 1969, desencadeou uma violenta repressão no período. O Estado ditatorial atacou a guerrilha em três frentes. Primeiro, a edição dos Atos Institucionais 13 e 14, que instituía o banimento de presos políticos e a pena de morte. Segundo, o controle total dos meios de comunicação e a supressão das liberdades civis. Por fim, a publicação da Emenda Constitucional n. 1, que baniu qualquer resquício liberal da Constituição outorgada de 1967.

É sobre esse seqüestro que girará o enredo do filme *O que é isso, companheiro?* de Bruno Barreto (1997), baseado no romance homônimo de **Fernando Gabeira** (1979), que analisaremos a seguir. Importante registrar que o livro de Gabeira tornou-se um best-seller, com mais de quarenta edições, moldando uma espécie de senso comum sobre a luta armada no Brasil.

Ver glossário no final da Aula

Daniel Aarão Reis Filho (1997: p. 34-35) afirma que a versão mais difundida dos movimentos revolucionários dos anos 1960 é aquela em que a grande aventura resvala no limite da irresponsabilidade com ações tresloucadas com boas intenções, mas repleta de ilusões. Contudo, o profissionalismo da ditadura impôs aos jovens combatentes dois caminhos: a morte ou a prisão e o exílio. Sobre o livro de Gabeira, o autor propõe que há uma busca de reconciliação com a história, sem revanchismos e ressentimentos, mas mesclado de bom humor. Gabeira traça uma visão crítica do passado em que a personagem “Gabeira/guerrilheiro ressurgue descolado da ingenuidade ambiente, reescrito pelo autor com uma superconsciência das tragédias que haveriam de vir. Essa atitude distanciada, crítica, irônica, a maioria dos leitores a desejava, e assim foi possível reconstruir o passado sem se atormentar com ele”.

## O CINEMA NAS GUERRILHAS DA MEMÓRIA DA LUTA ARMADA NO BRASIL

Como ressaltou Denise Rollemberg (2003: 45-46), a construção da memória recente do país foi forjada ao longo da década de 1980 dentro do desafio da construção da democracia. Deste modo, em um país sem tradição democrática, a memória da luta armada trouxe à tona tensões do passado no presente da redemocratização brasileira. Nesse processo, as esquerdas têm enfatizado o sentido da resistência à ditadura pelo restabelecimento da democracia violada em 1964. Portanto, “a construção da memória deste passado tem sido feita menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia – e não mais a revolução. Em jogo, a busca de legitimação, dando sentido ao passado e ao presente” (ROLLEMBERG, 2003: p. 48).



Cartaz do filme Pra Frente Brasil (Fonte: <http://www.judao.com.br>).

Nestas disputas da memória do passado recente no Brasil, a produção cinematográfica também tem desempenhado um papel importante na construção dessa memória. Essa cinematografia brasileira sobre a participação política das classes médias urbanas nos anos 1960 e início dos anos 1970 foi forjada, em seu início, no calor dos acontecimentos com filmes legendários como *Desafio* (1964), de Paulo César Saraceni, *Terra em Transe* (1967), de Glauber Rocha e *Macunaíma* (1968), de Joaquim Pedro de Andrade. Neles os impasses colocados aos intelectuais no contexto do golpe de 1964 levaram a uma reflexão sobre a resistência armada no seio da esquerda brasileira.

O início da década de 1980 demarca a crise final da ditadura militar, quando diversos filmes abordaram a questão da guerrilha urbana, a tortura e a repressão política dos anos 1960/1970, como foi o caso de *Pra Frente Brasil* (1982), de Roberto Farias, *O Bom Burguês* (1982), de Oswaldo Caldeira, *Ao Sul do Meu Corpo* (1983), de Paulo César Saraceni, *Tensão no Rio* (1983), de Gustavo Dahl, entre outros.

Para o pesquisador José Mário Ortiz (1985: p. 59), esta cinematografia guarda relações importantes com seus inspiradores do período cinema-novista, “procurando na relação entre formas de estruturação fílmica e enfoques políticos, indícios para recolocar o papel dos intelectuais e o ideário das classes médias no interior da sociedade brasileira”. Com quem esses filmes dialogam? Que público os viu? Que projetos estético-culturais os sustentaram? Como foi agenciado este resgate de um passado banido da imprensa e história oficial? O que está em jogo é o debate sobre as disputas da memória sobre o passado recente no Brasil.

Como lembra Pierre Nora, trabalhar com história imediata é fazer uma operação comparável a uma “autópsia em corpo vivo”, que reage e sangra, pois os personagens estão vivos, ativos e dispostos a lutar pela memória dos processos que participaram. É neste sentido que podemos afirmar que a ditadura militar é um “passado que não quer passar”, no qual os atores sociais em luta buscam, na conjuntura memorial do presente, reiterar a necessidade de se fortalecer a democracia, não obstante a política de esquecimento colocada em prática pela conciliação da transição democrática.

Essa disputa **mnemônica** sobre a herança da ditadura militar, especialmente entre a memória militar e a da esquerda, pelo menos do ponto de vista simbólico, a esquerda teve a capacidade de repassar sua memória sobre os acontecimentos, derrotando, assim, a memória dos militares. Mesmo submetida a uma violência extrema e mantida na clandestinidade, a memória subterrânea dos militantes de esquerda dos anos 1960-1970 souberam construir uma rede simbólica e marginal na família e nos círculos de amizades que possibilitou a sua emergência no processo de redemocratização, denunciando as cassações, prisões e torturas a que foram submetidos.

O filme *O que é isso, companheiro?* de Bruno Barreto trouxe essa temática à cena cultural em 1997, quando o caso dos desaparecidos políticos ganhava espaços no debate político-institucional tanto na imprensa, quanto na política institucional do governo Fernando Henrique Cardoso, através da Secretaria de Direitos Humanos. Como também o filme concorreu ao Oscar de Filme Estrangeiro naquele ano houve uma verdadeira campanha midiática em seu favor, apesar da ausência de consenso quanto à sua interpretação histórica dos anos 1960.

Reginaldo Dias (1998: 34) identifica no filme uma análise conjuntural bastante precária, sobressaindo a “fragilidade da abordagem da história efetuada pelo filme”, que fica evidente na relação dos elementos da trama com a narrativa. Isto pode ser percebido na construção dos personagens. Por exemplo, os “personagens de esquerda são extremamente estereotipados. Jonas, o comandante da operação, é representado como um fanático implacável, capaz de executar, sem piedade, tanto os inimigos revolucionários, quanto os companheiros que vacilassem na execução de suas tarefas. A maioria dos militantes é retratada como um bando de jovens imaturos que estavam longe de saber o que faziam”. Da mesma forma, que ressaltado por Helena Salem (ver *Momento de Reflexão*), o autor critica a opção do diretor em tratar o torturador de forma “carinhosa”, refletindo as ambigüidades, contradições e problemas de consciência. Para Dias (1998: p. 35), “o diretor foi parcial em seus procedimentos. Se o torturador foi visto como um ser ‘humano’ complexo, o chefe militar foi representado, como se disse acima, como um lunático assassino”.

Na análise da narrativa fílmica, também podemos identificar que a ironia e a comicidade presente seja no romance de Fernando Gabeira, seja no filme

Ver glossário no final da Aula

de Bruno Barreto aparecem como elementos narrativos que desembocam numa leitura conservadora da história dos anos 1960, na medida em que tratam os revolucionários daquele momento histórico como aventureiros. Contudo, não há meninos rebeldes, mas sim projetos revolucionários.



Cenas do filme *O que é isso, companheiro?* (Fonte: <http://veja.abril.com.br>).

Neste sentido, o problema do anacronismo histórico está presente no filme de forma evidente. Aliás, para Lucien Febvre, esse era o pecado capital do historiador, pois a compreensão do passado exige a abordagem atenta das opções realmente vivenciadas pelos personagens do período, sob o risco de exigirmos respostas que nos foram fornecidas posteriormente pelo conhecimento de sua própria experiência. É assim que o anacronismo emerge na construção da narrativa baseada na autobiografia de Gabeira/ guerrilheiro, na medida em que surge como descolada da realidade em que se produziu a luta armada. Se a luta armada pode nos parecer um equívoco político daquela geração, a opção deve ser vista tal como se apresentava naquele momento histórico e não no debate atual em que a revolução não está na ordem do dia.

Como aponta Dias (1998: p. 36), o filme, “ao idiotizar a esquerda da década de 60, é muito representativo da conjuntura em que vivemos, marcada por teses de que a história chegou ao final, não havendo alternativas ao capitalismo, especialmente aquelas extremadas. Representa um mundo em que a esquerda boa parece ser aquela cujas propostas e práticas se parecem cada vez mais com as da direita”.

O escritor e cineasta Renato Tapajós arremata o posicionamento crítico diante do filme, afirmando que o filme é “o produto de escolhas ideológicas que lhe dão perfil conservador, ainda que moderno. Neoliberal, na verdade” (REIS FILHO, 1997: p. 180).

Por fim, vale mencionar que o filme foi importante por colocar na pauta política e historiográfica a questão da memória política do passado recente no Brasil, demonstrando que ela é campo de disputa e uma ferida aberta na consciência histórica brasileira de um “passado que teima em não passar”.



## ATIVIDADES

Como foi construída a memória da luta armada no filme *O que é isso, companheiro?* de Bruno Barreto? Em que medida a polêmica instaurada pela película colaborou com a ampliação do debate sobre a resistência armada contra a ditadura militar? Pesquise na biblioteca de sua cidade e escreva um pequeno comentário sobre essas duas questões.

## CONCLUSÃO

Sobre a experiência histórica da luta armada, dois fatores podem ser colocados como explicativos da rápida vitória da repressão no período de 1969-1974. Primeiro, a ausência de identidade entre a sociedade brasileira e o projeto revolucionário proposto, que levou ao isolamento dos grupos revolucionários. Segundo, a tortura como política de Estado para eliminação dos militantes revolucionários (ROLLEMBERG, 2003, p. 66).

Contudo, o que moveu essa aula foi o nosso compromisso com as gerações futuras, na medida em que, mesmo aparentemente tão distante de nossa realidade cotidiana atual, é importante realçar que existiram homens e mulheres – poucos – que tiveram a ousadia de lutar por um projeto revolucionário e sonhar com uma sociedade mais justa e igualitária. Por outro lado, a memória da luta armada no Brasil expôs, com acuidade, que os acontecimentos históricos são passíveis de múltiplas representações e interpretações como ficou evidente na polêmica aqui relatada em torno do filme *O que é isso, companheiro?*, de Bruno Barreto (LIMA: 1998, p. 155).



## RESUMO

Esta aula teve por objetivo traçar um panorama geral da resistência à ditadura militar (1964-1985), ressaltando que não houve uma “aventura sem sentido” por parte da militância da esquerda revolucionária, mas sim caminhos conscientemente forjados de luta revolucionária de transformação da sociedade brasileira.

Tanto o filme, quanto o livro em que nos baseamos expressam um campo de disputa da memória política do passado recente, representando o desafio da construção da democracia ao longo dos últimos vinte anos da história brasileira. Deste modo, em um país sem tradição democrática, a

memória da luta armada trouxe à tona tensões do passado no presente da redemocratização brasileira. Nesse processo, as esquerdas têm enfatizado o sentido da resistência à ditadura pelo restabelecimento da democracia violada em 1964.

Talvez o mais importante desta memória traumática para a esquerda seja a possibilidade de rever sua idéia de democracia, que, naquela época, era eminentemente instrumental, isto é, era apenas um meio para atingir o poder e não um fim em si. Hoje podemos afirmar que a democracia pode ser considerada um “valor universal” no seio da esquerda brasileira.

### MOMENTO DE REFLEXÃO

O que é isso, companheiro? mantém o que já virou marca das realizações da família Barreto: produção esmerada, a bonita fotografia do argentino Felix Monti (o mesmo de O Quatrilho), o roteiro bem articulado de Leopoldo Serran e a direção competente de Bruno Barreto.



Cartaz do filme O que é isso, companheiro (Fonte: <http://media.clube-cinema.com.br/posters/o-que-e-isso-companheiro.jpg>).

Para quem viveu de perto aqueles acontecimentos do fim dos anos 60 – o filme conta a história do seqüestro do embaixador norte-americano no Rio, Charles Elbrick, em 1969, inspirado no filme homônimo do ex-guerrilheiro Fernando Gabeira (hoje deputado federal) – talvez não haja maiores restrições a fazer. É um filme que emociona, especialmente no final, quando os guerrilheiros que participaram do seqüestro e foram depois presos são libertados (por meio de outro seqüestro, do embaixador alemão) e se reencontram com Maria (Fernanda Torres, em parte inspirada na figura real da ex-militante Vera Sílvia Magalhães) deixando o país em cadeira de rodas.

No entanto, para quem viveu de perto a luta política daqueles tempos, O que é isso, companheiro? há de provocar, no mínimo, polêmica. Ao transformar o personagem Fernando (Pedro Cardoso) no herói do filme, lhe é atribuído um espírito crítico em relação aos demais que ele, como os outros militantes que atuavam nos vários grupos da esquerda e da luta armada, estava

longe de ter nos anos 60. No filme, ele é o intelectual do grupo, o único que faz uma reflexão mais livre, que teve a idéia do seqüestro (o que não é verdade, ele só soube da ação poucos dias antes), que escreveu o célebre manifesto pedindo a libertação de 15 prisioneiros políticos (e um libelo contra a ditadura militar), lido em rede nacional no horário nobre da televisão (na realidade, quem escreveu foi o hoje jornalista Franklin Martins), e que, por todas essas razões, é tratado com um certo desdém sobretudo pelo comandante da ação, o sectário Jonas (Matheus Nachtergale). Nada disso está no livro. Pode-se argumentar que o filme é obra de ficção, apenas uma adaptação livre da obra e, como tal, tem toda a liberdade de inventar. Mas, por outro lado, quando se utiliza os nomes verdadeiros de alguns personagens – de Jonas, do velho militante Toledo (Nélson Dantas) e do próprio Fernando Gabeira (procurando-se inclusive a semelhança física com ele) –, quando se localiza e data o fato histórico ocorrido, o argumento da ficção se esvazia. Essas pessoas e acontecimentos assim nomeados existiram, logo algum compromisso com a verdade histórica deve haver.

Por outro lado, se o filme apresenta o guerrilheiro Jonas como um homem frio, disposto a matar qualquer companheiro que o desobedecer, sem vacilação, confere ao torturador Henrique (Marco Ricca) um tratamento bem diferente. Ele sofre angústias, não consegue dormir direito, tem problemas com a mulher quando ela descobre sua real atividade. É um carrasco em conflito (mas nem por isso deixa de continuar torturando e matando). Já o Jonas, que luta contra a ditadura, que não tortura ninguém e que, pelo contrário, acaba morrendo na tortura (ao ser preso após o seqüestro), é tratado como um fascistóide. Nas suas angústias, Henrique é certamente bem mais humano.

A questão é: como obra de ficção, o filme precisa ser fiel à realidade? Bruno Barreto argumentou, em uma entrevista, que o filme ‘não é um documentário, mas uma interpretação ficcional da realidade’. Tudo bem. Só que essa interpretação – que é datada, localizada e utiliza nomes reais – deve ter, pelo menos, um compromisso com o espírito do que de fato ocorreu. Pode ser que muitos torturadores tenham tido crises existenciais como Henrique (o que é de duvidar, assim como todos os Eichmans da vida), mas os guerrilheiros dos anos 60 não eram tão ingênuos, todos, caricatos, como são apresentados (à exceção de Fernando) no filme. Eram jovens que podem ter escolhido caminhos equivocados (como a realidade, mais tarde, iria revelar), mas eram generosos, indignados, sufocados pela ditadura nos seus anseios de liberdade, e alguns deles foram as cabeças mais brilhantes de sua geração. É essa generosidade, essa outra verdade que O que é isso, companheiro? não consegue revelar.

Bem narrado, bem filmado, com ótimos atores, mas, é importante que se diga, O que é isso, companheiro? não é ‘uma história verdadeira’, como vêm anunciando os trailers”.

SALEM, Helena. Filme fica em débito com a verdade histórica. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. Versões e Ficções O seqüestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 47-50.



### ATIVIDADES

A partir da leitura do texto desenvolva as seguintes questões:

1. Após assistir o filme, comente a análise da autora, baseando-se em bibliografia sobre a luta armada no Brasil.

### REFERÊNCIAS

HIRATA, Helena. Movimento Operário sob a Ditadura Militar (1964-1979). In: LOWY, Michael et. al. **Movimento operário brasileiro (1900/1979)**. Belo Horizonte: Vega, 1980.

MENDES JR., Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História).

MENDONÇA, Sônia R. de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 5 ed. revista e atualizada. São Paulo, Ática, 2006.

MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64**. 2 ed. Rio de Janeiro; Espaço e Tempo, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão et al. Versões e ficções. **O seqüestro da história**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986 (Coleção Princípios).

RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da Ditadura**. 4 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. A rdéia de Revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979). In: ROLLEMBERG, Denise (org.). **Que História é essa?** Novos temas, novos problemas em História. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. 4 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SALEM, Helena. Filme fica em débito com a verdade histórica. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. Versões e Ficções **O seqüestro da história**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

LIMA, Ruth Ribeiro de. A participação da mulher na esquerda armada brasileira. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). **História e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

NORA, Pierre. O historiador e o acontecimento do presente. In: LE GOFF, Jaques. et al. **A História Nova**. Lisboa: Edições 70, 1989.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). **História Geral do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

## GLÓSSARIO



Fernando Gabeira: Jornalista e político brasileiro (1941). Conhecido pela sua atuação no Partido Verde e por ter participado da luta armada contra o Regime Militar de 1964. Atualmente é deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro.

Mnemônica: Se refere a memória, ajudando-a. Que facilmente se grava na memória.